

3
4 **Ata da 100ª Plenária do Conselho Municipal de**
5 **Assistência Social de Belo Horizonte – CMAS/BH**
6

7 Aos treze de dezembro de 2006, no auditório da Casa dos Conselhos, situado na Rua Eurita, 587 –
8 Bairro Santa Tereza, foi iniciada a 100ª Plenária Ordinária do Conselho Municipal de Assistência
9 Social – CMAS/BH. A presidente Sandra Regina Ferreira Barbosa iniciou a reunião fazendo a leitura
10 das justificativas de ausências dos seguintes conselheiros: Carla Cátia Abatemarco Stein; Marlene
11 dos Santos Lemos; Regina Coeli de Oliveira; Ana Luisa Gonçalves Prado e José Wenceslau de
12 Freitas. Em seguida, Sandra Regina informou que a plenária começaria diferente, pois devido o não
13 encaminhamento em tempo hábil da ata da 99ª plenária para os conselheiros a ata seria lida e
14 aprovada nessa plenária. A Conselheira Kátia Rochael Rodrigues propôs que a ata fosse lida no final,
15 uma vez que a plenária já estava começando com atraso e aprovar a ata seria menos complexo que
16 tratar de tantos assuntos de altíssima complexidade como se tinha para tratar. Logo após, o
17 Conselheiro Mário Delavy ressaltou que aprovar a ata no final ou no início da Plenária se todos os
18 assuntos a serem tratados são importantes, não alteraria a aprovação da ata no início. Enfatizou que
19 era só dá objetividade no processo das discussões e observações dos assuntos que viriam pela
20 frente. A presidente ressaltou que a falta de compromisso com o horário acabaria complicando a
21 dinâmica da Plenária e atropelando as coisas. Sandra colocou as propostas dos conselheiros para
22 serem submetidas à Plenária ficando aprovado com 12 votos e uma abstenção a leitura da ata no
23 início da Plenária. O Secretário Executivo, Domingos Sávio de Araújo leu a ata. Logo após, Sandra
24 solicitou que fossem apresentados os destaques para as alterações na ata. Discutidas as
25 modificações e correções apresentadas pelos conselheiros presentes com relação a Ata da 99ª
26 Plenária, a mesma foi colocada em votação e aprovada com 23 votos e 03 abstenções. Em seguida,
27 Sandra Regina apresentou os pontos de pauta: 1) Apresentação da Prestação de Contas da
28 Associação Municipal de Assistência Social – AMAS; 2) Apresentação e Avaliação do Processo de
29 Renovação de Inscrição das Entidades de Educação; 3) Avaliação do Grupo de Trabalho das Clínicas
30 relativo aos desdobramentos das discussões e decisões tomadas por este Conselho e Secretaria
31 Municipal Adjunta de Assistência Social – SMAAS com relação à Política para pessoas com
32 deficiência; 4) Comissão de Financiamento – Comunicados e Mensagens. Sandra informou que a
33 mesa recebeu uma solicitação de inversão de pauta, passando a apresentação e avaliação do
34 processo de renovação das inscrições de entidade de educação para o primeiro ponto, tendo em vista
35 que o ponto de pauta sobre a AMAS e os outros necessitariam de mais tempo para discussão, porém
36 o representante da AMAS está com viagem marcada e não poderá abrir mão de apresentar no
37 primeiro ponto de pauta. Em seguida, Sandra Regina convocou a conselheira Maria do Carmo
38 Villamarim para fazer uma introdução da pauta, uma vez que a discussão surgiu tanto na Comissão
39 de Financiamento como na Comissão de Recursos Humanos. Maria do Carmo informou que a
40 discussão na verdade começou na Comissão de RH, quando foi solicitado a apresentação do quadro
41 de RH para a Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social – SMAAS e o que aparece no
42 quadro apresentado é que o número de contratados e efetivos dentro da Secretaria são os mesmos.
43 Disse que quando a Comissão refinou o formulário de prestação de contas da Secretaria para o
44 Conselho pode-se perceber que 23% dos recursos do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS
45 são remetidos para a AMAS. Diante disso, a Comissão começou a discutir o fato de que o Conselho
46 deveria acompanhar este gasto, não só da AMAS, mas de todas as outras entidades, porque tem
47 recursos pequenos espalhados em diversas entidades e grandes volumes de recursos concentrados
48 na AMAS, Consolador, ASMARE e Providência que são os quatro maiores convênios. Maria do
49 Carmo disse que a Comissão pensou que estas entidades que detém esses maiores convênios
50 deveriam prestar contas ao Conselho e solicitou que a AMAS fosse a primeira devido a discussão
51 política sobre a representação da AMAS. Maria do Carmo finaliza colocando que a AMAS é uma
52 entidade não-governamental que representa o Governo dentro do CMAS, havendo, então, uma
53 questão também, de identidade para discutir, pois a AMAS não é uma entidade totalmente
54 independente do Governo, ela está ligada à administração municipal. Logo após, Sandra Regina
55 reforçou as palavras de Maria do Carmo dizendo que várias pessoas conversaram com ela e com a
56 Lucinha, presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA,
57 sobre a representação da AMAS, levantando a questão de que no CMDCA a entidade representa a
58 sociedade civil, sendo que no CMAS ela representa governo. Sandra ressaltou que haveria uma
59 irregularidade nesta questão e o Conselho deveria debruçar sobre esta discussão para entrar num

1 consenso do que poderia ser feito. Em seguida, Sandra Regina passou a palavra para o
2 representante da AMAS, o assessor jurídico Mozart Álvares de Mendonça Júnior. Mozart disse que
3 estava representando a Presidente Sra. Rosalva Alves Portela, que não pôde estar presente devido a
4 compromissos previamente agendados. Mozart informou primeiramente sobre a natureza jurídica da
5 AMAS. Disse que a entidade é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos ou
6 econômicos, inscrita no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas de Belo Horizonte. Informou,
7 também, que a entidade beneficente de assistência social é inscrita no CMAS, no CNAS e com
8 utilidade pública reconhecida nas esferas municipal, estadual e federal. Mozart disse que como é de
9 conhecimento dos conselheiros e é por este motivo que hoje estão no Conselho, a entidade tem
10 várias parcerias, tanto com o poder público quanto com o privado. Informou que com o poder público
11 as parcerias são com o município, estado e união, sendo a maior parte destas com o município de
12 Belo Horizonte. Mozart disse ainda que a subvenção que é o convênio no qual tratariam naquele
13 momento e ainda todas as parcerias com o poder público se dão através de uma parceria mútua,
14 permitida por serem uma entidade de utilidade pública. Ressaltou que os convênios firmados pela
15 entidade estão de acordo com a Lei 8.666/93, especialmente em seu artigo 116. Sobre a questão
16 colocada pela a presidente do CMAS, da AMAS ser uma entidade da sociedade civil e representar o
17 governo no CMAS, Mozart esclareceu que foi justamente o instrumento jurídico que colocou a
18 entidade como representante governamental no Conselho, ou seja, a Lei de criação do Conselho, Lei
19 7.099/96. Disse que há quase 10 anos a AMAS está compondo o Conselho como uma entidade
20 representante da área governamental, mas a entidade está aberta a qualquer proposta de mudança
21 nesse sentido, uma vez que a AMAS se reconhece legal e juridicamente como entidade civil e não
22 governamental. Mozart ressaltou ainda que a entidade não se reconhecendo como uma entidade
23 governamental, se candidatou às eleições do CMDCA como entidade representante da sociedade
24 civil e havendo alteração na Lei do Conselho a entidade também vai pleitear uma vaga no CMAS
25 como entidade representante da sociedade civil. Mozart disse que a AMAS quer continuar a colaborar
26 com o Conselho, pois entende a importância do mesmo e que a entidade está a disposição para
27 qualquer mudança. Com relação aos convênios, Mozart esclareceu que todos os convênios da
28 entidade são analisados pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS para obter a
29 renovação da inscrição e devido a o título de Utilidade Pública Federal é necessário enviar o relatório
30 de todos os convênios para o Ministério da Justiça como prestação de contas. Informou que o
31 Ministério Público também solicitou cópia de todos os convênios e já estão sendo analisados e para o
32 próprio CMAS para a renovação a inscrição da AMAS foi encaminhado o balanço financeiro. Disse
33 que mesmo que superficialmente estes dados se encontram aqui no Conselho. Mozart colocou que
34 como a AMAS presta conta à Prefeitura e essa ao Tribunal de Contas de Minas Gerais, todos os
35 convênios da entidade também estão no Tribunal de Contas e que em função das contratações, o
36 Ministério Público do Trabalho solicitou à entidade cópias dos convênios para serem analisados.
37 Finalizou dizendo que mesmo a entidade sendo inspecionada por todos esses órgãos há algum
38 tempo, até o momento não havia respondido a nenhuma ação judicial em decorrência dos convênios.
39 Em seguida, o Promotor Celso Penna Fernandes Júnior perguntou o que existia regulamentando a
40 relação da AMAS com a Prefeitura. Mozart respondeu que eram os convênios de cooperação mútua.
41 O promotor questionou se a direção da AMAS era escolhida e se já contemplava no estatuto. Mozart
42 respondeu que era pela assembléia geral que é o órgão máximo da entidade, é ela quem nomeia a
43 diretoria composta pelo presidente, vice-presidente, diretor administrativo financeiro e diretor de
44 atividades assistenciais. Disse que está tudo no estatuto, que está à disposição, inclusive com cópia
45 no Conselho. O Conselheiro Luiz Fernando de Abreu Xavier fez alguns questionamentos sobre o
46 tempo de conveniamento da entidade com a PBH, qual o critério utilizado para o conveniamento, se
47 houveram concorrentes para o chamamento público e sobre o prazo do chamamento. Mozart não
48 soube afirmar com certeza o tempo de conveniamento, uma vez que está apenas há dois anos na
49 AMAS, mas acreditava ser desde 1997. Disse que o critério utilizado para o conveniamento foi
50 chamamento público e que quanto à concorrência não saberia afirmar ao certo, pois não estava
51 trabalhando ainda na entidade quando houve o chamamento, como o procedimento é de
52 responsabilidade do poder público caberia a Prefeitura essa resposta. Mozart finalizou dizendo que
53 provavelmente houve um chamamento em 2001 se fosse contar de agora, mas que em 2002 e 2003
54 deve ter havido outros chamamentos. Em seguida, Mozart passou a palavra para Alexandre Rocha de
55 Araújo, coordenador executivo de programas da AMAS que fez uma breve exposição sobre os
56 programas desenvolvidos pela entidade, as gerências que a mesma possui e as principais linhas de
57 ação visando esclarecer ao Conselho como os recursos de subvenção que a entidade recebe são
58 gastos. Após a apresentação dos programas e alguns esclarecimentos aos questionamentos dos
59 Conselheiros, Alexandre finalizou dizendo que hoje a AMAS tem 92 funcionários e 15 estagiários que
60 são pagos com a subvenção. Logo após, passou a palavra para a contadora da AMAS, Edes Ferreira
61 Antonini para apresentação da prestação de contas da entidade. Edes apresentou duas planilhas
62 demonstrativas de especificação de despesas. Edes informou que a entidade recebeu no ano de

1 2006, o valor de R\$ 2.147.995,00 (Dois milhões, cento e quarenta e sete mil, novecentos e noventa e
2 cinco reais) de subvenção. Disse que esse valor é repassado pela Prefeitura em 12 parcelas mensais
3 e como foi solicitado pelo Conselho a prestação de contas de janeiro a setembro foi colocado o valor
4 mensal das parcelas, sendo que de janeiro a abril o valor recebido foi de R\$ 175.602,77 (Cento e
5 setenta e cinco mil, seiscentos e dois reais e setenta e sete centavos), no mês de maio a parcela
6 recebida foi de R\$ 155.572,77 (Cento e cinquenta e cinco mil, quinhentos e setenta e dois reais e
7 setenta e sete centavos) e de junho a setembro foi de R\$ 184.287, 32 (Cento e oitenta e quatro mil,
8 duzentos e oitenta e sete reais e trinta e dois centavos). Edes ressaltou que a despesa maior da
9 entidade é com pessoal, ou seja, com salários (média de 92 mil) e encargos (média de 25 mil). A
10 contadora apresentou outros gastos na planilha com material didático, material para escritório,
11 material fotográfico, projetos em parcerias, remuneração de serviços pessoais, contratos de prestação
12 de serviços, estagiários, seguros para estagiários, serviços de transportes e outros. Somando todos
13 os gastos de janeiro a setembro, chegou a um valor total de R\$ 1.697.466,00 (Hum milhão,
14 seiscentos e noventa e sete mil, quatrocentos e sessenta e seis reais) e a entidade recebeu de
15 subvenção o valor total de R\$ 1.555.000,00 (Hum milhão quinhentos e cinquenta e cinco mil reais).
16 Edes disse que há um déficit nas contas da entidade, uma vez que a Prefeitura está atrasando no
17 repasse de alguns gastos. Disse ainda que a entidade consegue manter as despesas mediante o
18 recurso para o desligamento de funcionários, esse recurso fica na mesma conta da subvenção para
19 ser gasto futuramente é o que ajuda a entidade no pagamento das despesas. Edes finalizou
20 ressaltando que a AMAS tem outras formas de recursos para arcar com as despesas, não sendo
21 apenas o recurso da subvenção. Após a exposição sobre a prestação de contas, a conselheira Léa
22 Lúcia Cecílio Braga fez uma contextualização sobre a relação que entra na dimensão do público e
23 privado e que traz para a realidade da Assistência Social algumas situações já expostas nesta
24 Plenária, ou seja, uma entidade que se enxerga como sociedade civil e que no contexto da realidade
25 também se apresenta como governamental. Léa colocou algumas questões no sentido de contribuir
26 para o entendimento do Conselho sobre a questão da AMAS. Disse que quando todos começaram a
27 trabalhar a construção da Assistência Social como direito, isto recentemente, com a constituição de
28 1988 e com a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS em 1993, certamente estariam falando da
29 realidade de uma entidade que em Belo Horizonte é a AMAS, no Estado é o SERVAS e em outros
30 municípios são outras Associações. Ressaltou que a prática da Assistência Social sempre esteve
31 vinculada a um viés assistencialista e clientelista que deixou heranças, dentre elas, a primeira dama e
32 que essa é uma realidade nacional. Léa colocou como o município enfrentou e vem enfrentando essa
33 questão, embora ainda não esteja totalmente resolvida e que como Mozart já havia mencionado com
34 tarefas para frente tanto para a Prefeitura quanto para o Conselho. Relatou que em 1993 quando
35 Patrus Ananias assumiu a Prefeitura de Belo Horizonte e o município assume a discussão da
36 Assistência Social, o critério era que a AMAS fosse presidida pela primeira dama, assim foi até o
37 governo de Célio de Castro. Hoje não há mais primeira dama, fruto de uma discussão que é
38 necessário fazer uma discussão de uma situação como essa, embora não seja só no município, mas
39 a AMAS é de responsabilidade da Prefeitura. Léa informou que a partir dessas questões algumas
40 ações foram colocadas, e em uma discussão da Secretaria com a AMAS foi observado que não era
41 apenas não ter a primeira dama respondendo pela entidade, era necessário que a estrutura desta
42 fosse voltada para a Assistência Social. Disse que antes a AMAS prestava serviços independentes da
43 lógica Política de Assistência Social e recebia recursos para suas ações, com isso, a questão do
44 comando único foi colocado como uma questão importante. Léa ressaltou a importância de pensar a
45 Assistência Social com comando único no município e é nesse sentido que a AMAS conta hoje com a
46 presença da Secretária Municipal Adjunta de Assistência Social como diretora e não porque tem essa
47 relação híbrida de entidade com governo. Informou que a questão do comando único não ficou
48 apenas nessa estratégia, pois não dava para ignorar a estrutura da AMAS teria que haver mudanças
49 e foi nessa estratégia que se definiu que a entidade teria uma representação governamental no
50 CMAS, na perspectiva de se ter o controle. Léa fez uma avaliação positiva e disse não ter visto
51 nenhum problema nessa caminhada até o momento, porém não deixa de apresentar novas questões
52 como já está apontando agora. Outro ponto colocado por Léa foi sobre o conveniamento. Disse que a
53 relação estabelecida entre a secretaria e a AMAS é a mesma com qualquer entidade, apenas de
54 convênio e que como nos últimos anos não houve nenhuma ação nova, também não chegou
55 nenhuma mensagem nova no Conselho. Léa finalizou enfatizando sobre a nova agenda que se teria
56 para discutir sobre o acúmulo da AMAS de se colocar como representante da sociedade civil, uma
57 discussão entre o Conselho e em parte a prefeitura para que possa reformular a legislação e o
58 governo definir quem vai ocupar o lugar que hoje é ocupado pela entidade. Em seguida, Sandra
59 Regina colocou que o Conselho teria que criar uma Comissão com representante da AMAS, da
60 Prefeitura e do Conselho para discutir esta nova agenda. Logo depois, passou a palavra para o
61 Promotor Celso Penna que pediu licença, pois tinha uma reunião com o procurador geral e não
62 poderia faltar. Mas antes de se retirar disse que gostaria de fazer um comentário sobre a questão da

1 AMAS. Disse que caso o Conselho se dispusesse a dar continuidade à discussão que esta deveria
2 ser feita dentro de um contexto mais amplo, ou seja, de acordo com a execução da Política de
3 Assistência Social do Município. O promotor disse que o Conselho não deveria se ater apenas na
4 questão contratual, pois deveria verificar se esta execução é legal ou não. Disse ainda que em
5 relação a AMAS em sua questão de ser híbrida, acha que tem um aspecto negativo, porque é da
6 posição de que na administração pública as coisas devem se apresentar de forma muito clara e essa
7 questão dá margem para contratações desreguladas, na medida que há uma entidade controlada de
8 uma forma ou de outra pelo poder público. A Conselheira Mirtes Pereira Lopes se apresentou como
9 coordenadora da Comissão de Recursos Humanos e iniciou sua fala dizendo que o Conselho sabe
10 que o trabalho da AMAS é um trabalho relevante e que não existe nenhuma desconfiança sobre a
11 execução dos seus programas sociais. Disse que foi a partir da prestação de contas do Fundo
12 Municipal de Assistência Social que o Conselho levantou a questão do valor de R\$ 6.607.237,00 (Seis
13 milhões, seiscentos e sete mil e duzentos e trinta e sete reais) referente à entidade, o equivalente a
14 23% do Fundo e a entidade está prestando conta somente dos seus 92 funcionários internos. Mirtes
15 informou que são 168 funcionários contratados pela AMAS como empresa terceira e que são pagos
16 com recurso que sai do Fundo. Finalizou dizendo que o que interessava ao Conselho e a Comissão
17 de Recursos Humanos era sobre esse valor que sai do Fundo e não foi colocado na prestação de
18 contas da entidade. O assessor jurídico da AMAS, Mozart, respondeu que a entidade estava
19 prestando conta dos recursos de subvenção e que esse valor de 6 milhões provavelmente englobava
20 todos os convênios que a entidade tinha com a Assistência Social. Disse que foi informado que sobre
21 os demais convênios, a Secretaria já havia prestado contas para o Conselho, mas que se o Conselho
22 quisesse uma prestação de contas de todos os convênios com a Assistência Social, a entidade
23 poderia apresentar de forma detalhada, era só o Conselho requisitar. Em seguida, Maria do Carmo
24 disse que achava que havia um equívoco na solicitação encaminhada a AMAS, pois a discussão do
25 Conselho sobre a prestação de contas da entidade e da relação dela com o fundo é independente se
26 é subvenção ou convênio. Deu exemplo do Consolador que também tem uma série de convênios com
27 a Secretaria, que recebe dinheiro do fundo e quando vier prestar contas ao Conselho, terá que prestar
28 contas do dinheiro público que é repassado para a entidade. Maria do Carmo reforçou dizendo que
29 não havia desconfiança sobre os programas executados pela entidade, a questão passaria pelo
30 volume de recurso que é repassado para entidade e o Conselho sabe que ela não está executando
31 serviços com o recurso. Ressaltou que são 168 trabalhadores da Política de Assistência Social em
32 serviços diretos da Secretaria e a estratégia de trazer a AMAS ao Conselho era, também, para
33 provocar a discussão sobre o RH na Política de Assistência, pois esses trabalhadores não aparecem
34 na prestação de contas e estão na Política de Assistência executando serviços diretos; eles estão no
35 Plantão Social, na População de Rua e em uma série de serviços que não aparecem como ações
36 executadas pela AMAS e que de repente a mesma nem sabe se é prioridade executar. Maria do
37 Carmo disse que essa discussão que o Conselho está fazendo não passa só pela AMAS, passa
38 também, por um modelo administrativo. Colocou que o histórico relatado por Léa tem um lado
39 positivo, mas, também, tem o lado negativo pela comodidade que se tem em contratar pela AMAS e
40 como trabalha na Secretaria sabe como as coisas funcionam. Disse que muitas vezes é necessária
41 uma contratação, tem o dinheiro do recurso e o gestor ou administrador faz pela AMAS. Maria do
42 Carmo finalizou chamando a atenção para essas questões, até para que a entidade não seja
43 colocada em situação difícil diante da sociedade. O assessor jurídico da entidade respondeu às
44 colocações da conselheira Maria do Carmo dizendo que a entidade não entendeu o convite como
45 uma desconfiança. Disse que a AMAS aceitou o convite e é uma oportunidade de melhor esclarecer
46 sobre as questões. Disse ainda que a entidade foi comunicada informalmente que o Conselho queria
47 uma explicação mais detalhada da subvenção e ela havia sido apresentada, pois dos 168
48 funcionários, 92 estão nela trabalhando na execução dos projetos sociais apresentados, ou seja,
49 NAFs que é atendimento às famílias e vários outros convênios que a entidade tem com a Secretaria.
50 Mozart ressaltou que a cada convênio celebrado com a Secretaria, são contratados técnicos para sua
51 execução direta ou indireta dos projetos. Finalizou dizendo que se o Conselho quiser é só solicitar a
52 AMAS uma prestação de contas mais detalhada dos outros convênios e da execução dos projetos,
53 que a entidade está aberta a atender a solicitação. O conselheiro Luiz Fernando destacou, retomando
54 a fala da Léa, sobre o primeiro damismo nas entidades de Assistência Social. Lembrou que em todas
55 as Conferências que foram mencionadas as entidades vinculadas as primeiras damas e afins, foram
56 discutidos processos de amadurecimento para o encerramento dos processos aos quais as primeiras
57 damas assumissem as entidades. Disse que foi votado em assembléia e 58% das pessoas presentes
58 votaram a favor dos encerramentos destes processos. Ressaltou que hoje tem uma Política, o SUAS,
59 que coloca essa questão muito clara e todos estão partindo para um ideal novo para a Assistência
60 Social. Luiz Fernando disse ainda que a questão é rever o aspecto jurídico da AMAS, seja de cunho
61 privado, público ou híbrido e quem vai decidir é a assembléia geral de acordo com a Legislação como
62 ficará a entidade frente ao SUAS. Concluiu dizendo que não há desconfiança do processo executado,

1 mas sim de como ele é formatado e gostaria que a entidade discutisse sobre este processo e
2 apresentasse o que o Conselho está requisitando. Em seguida, Mozart agradeceu em nome da AMAS
3 e disse que Belo Horizonte saiu na frente na revisão do processo do primeiro damismo. Disse que o
4 próprio Fernando Pimentel foi favorável que a presidente da AMAS fosse a Rosalva que é técnica da
5 área social, mestre em Gestão de Políticas Públicas, justamente um processo de profissionalização
6 da entidade. Concluiu dizendo que estão engajados nessa questão e que podem avançar ainda mais
7 com o apoio do Conselho e estão à disposição para isto. A conselheira Nelly Costa Bittencourt
8 colocou primeiramente que quando Mozart fez sua exposição, havia dito que a escolha da pessoa
9 que hoje dirige a AMAS foi feita por um colegiado, mas que naquele momento acabara de dizer que
10 havia sido pelo ilustre Pimentel, com isso, gostaria de entender como essas coisas funcionavam. A
11 outra questão é que ficou preocupada com valores que são repassados como subvenção da
12 Prefeitura para a entidade para pagamento de pessoal, uma vez que a entidade está alocando
13 funcionários contratados em substituição a profissionais que deveriam ser selecionados em concurso
14 público. Em resposta a conselheira Nelly, Mozart disse que não havia dito que foi o Prefeito que
15 unicamente nomeou a presidente da AMAS, pois o órgão máximo é a assembleia geral e o Prefeito
16 faz parte desta assembleia. Disse ainda que se o mesmo fosse favorável ao primeiro damismo sua
17 esposa seria a presidente da AMAS. Mozart ressaltou que quem faz concurso público é órgão público,
18 a entidade faz convênio de cooperação mútua nos termos da legislação em vigor que é a Lei 8666 em
19 seu artigo 116 que permite convênio do poder público com entidade de utilidade pública para
20 execução de projetos sociais e a entidade contrata profissionais para isto. Sobre os valores
21 repassados, disse que como já foram apresentados, os recursos são aplicados na execução dos
22 projetos da entidade. O conselheiro Mário Delavy disse que o problema é mais amplo e não envolve
23 somente a AMAS, pois é uma questão da política de conveniamento da Prefeitura. Disse ainda que
24 quando encontra entidades híbridas de certa forma como a AMAS e a Providência em outros tempos,
25 sabe-se que quando se têm amigos dirigentes alguns caminhos são facilitados no processo de
26 conveniamento, na negociação de propostas e etc. Outra questão colocada por Mário e que preocupa
27 muito é do município não querer fazer concurso público. Disse que diante do parecer do INSS, as
28 entidades filantrópicas não podem fazer cessão de funcionários para outras entidades ou para o
29 poder público. Ressaltou que o termo de convênio é muito claro, a responsabilidade pela gestão e
30 pela contratação é da entidade conveniada e a responsabilidade do poder público é com a
31 supervisão, porém muitas vezes vê-se uma confusão nesse papel, pois quem acaba gerindo os
32 programas são os gestores municipais. Mário chamou a atenção pela falta de clareza que se tem dos
33 procedimentos e entendimentos do instrumento jurídico que é feito entre poder público e entidades.
34 Lembrou que em outro momento houve denúncia ou questionamento no Conselho de contratação de
35 funcionários para prestar serviços administrativos nos postos de saúde da Prefeitura. Mário finalizou
36 informando que a questão da medida sócio-educativa Prestação de Serviço a Comunidade – PSC
37 que não entrou na prestação de contas dos 6 milhões e representava 23%, era custo do Ministério da
38 Justiça. Novamente, foi dada a palavra ao assessor jurídico da AMAS que sobre os questionamentos
39 feitos pelo conselheiro Mário Delavy, respondeu que as entidades e o próprio poder público estão
40 buscando aperfeiçoar, que esta é uma preocupação inclusive da AMAS e como Léa já havia colocado
41 a Assistência Social no Brasil é muito recente. Sobre a questão dos convênios, específico do
42 Liberdade Assistida e do PSC, como não haviam sido bem detalhados poderiam enviá-los novamente
43 ao Conselho. Em seguida, a conselheira Maria Aparecida Pereira Penido, disse que entendeu que a
44 AMAS tem 168 funcionários, 92 que estão na entidade e mais 16 estagiários. Sendo assim, os outros
45 60 estariam alocados nos programas da Assistência Social. Questionou que se estes profissionais
46 estão contratados para a Secretaria, então que a mesma deveria esclarecer os critérios de
47 contratação. Mozart respondeu que as colocações da conselheira ficariam a critério do conselho, se o
48 CMAS entendesse que a Secretaria deveria esclarecer que então a convidasse. A conselheira Maria
49 do Carmo ressaltou que os 168 funcionários que aparecem no quadro da Secretaria, não são
50 contabilizados com os 92 internos da AMAS. Disse que inclusive os 168 têm lotação dentro da
51 Secretaria e em quais programas eles estão, ou seja, eles não estão na AMAS, são 168 mais os 92
52 internos executando serviços da entidade. Mozart disse não saber informar sobre o que a conselheira
53 estava dizendo, pois não teve acesso à outra prestação de contas e provavelmente estes contratados
54 estariam na execução dos outros convênios. Logo após, Sandra Regina pontuou que haveria muitas
55 questões a serem discutidas, a começar pela Lei que legitima a AMAS como representante do
56 governo. A proposta é que se crie uma comissão para aprofundar as questões que foram colocadas.
57 Lembrou que como o Conselho estaria se renovando, os conselheiros atuais ficariam nesta comissão
58 como colaboradores, pois adquiriram um acúmulo que os novos conselheiros ainda não teriam para
59 fazer as discussões necessárias. O conselheiro Márcio, ressaltou que até pelo motivo da renovação,
60 seria interessante que a mesa diretora desenvolvesse as diretrizes deste grupo de trabalho para
61 direcionar os novos conselheiros, com o acúmulo desta discussão que já está travada pelos atuais
62 conselheiros e a mesa pensaria este grupo técnico. Maria do Carmo disse que o Conselho tem as

1 Comissões de Financiamento e RH que tem questões muito específicas para além da AMAS. Sugeriu
2 que pontualmente a entidade discuta com estas Comissões questões específicas, não vindo, com
3 isso, necessidade de se criar outro grupo para trabalhar estas questões. Quanto às colocações de
4 Maria do Carmo, Léa informou que mesa diretora fez uma avaliação que muitas vezes o Conselho
5 trata os assuntos muito separados nas Comissões e a indicação é que como há temas em comum a
6 algumas comissões que nestes trabalhos sejam feitos o aprimoramento destas questões de uma
7 maneira mais geral e a organização de um grupo para tratar destas questões vem dar força à
8 avaliação a qual está se fazendo. O conselheiro Márcio sugeriu que cada Comissão encaminhasse à
9 Mesa Diretora questões relevantes a AMAS e as outras entidades as quais o Conselho, também, quer
10 informações e a mesa discutiria se estes assuntos ficariam nas Comissões pertinentes ou se criaria
11 este grupo técnico. Em seguida, o conselheiro Hélio Emiliano Moreira disse que achava interessante
12 a criação do grupo para que no Conselho não tenham guetos que defendam apenas interesses
13 próprios. A conselheira Darci Maria de Souza Vilaça disse que dentro da proposta do conselheiro
14 Márcio, algumas pistas foram dadas para que o conselho possa discutir a questão da política de
15 conveniamento, do modelo de gestão e, também, com relação a NOB-RH que dará orientações de
16 como proceder no financiamento de pessoal na execução direta dos serviços. Ressaltou o assunto
17 discutido tem haver com a Comissão de Financiamento e RH e é em cima das pistas dadas que o
18 Conselho terá que trabalhar. Darci finalizou fazendo uma correção na fala do conselheiro Mário
19 Delavy sobre a prestação de contas do PSC. Disse que a secretaria prestou contas dos recursos do
20 FMAS e não dos recursos do Ministério da Justiça, pois este recurso não parte do Fundo, ele é
21 restado contas no Fundo para Infância e Adolescência - FIA. Logo após, Sandra Regina finalizou as
22 discussões dizendo que em fevereiro a Plenária seria ainda com a composição atual do Conselho e
23 como proposta, pautaria a questão da constituição do grupo técnico ou se as discussões ficariam com
24 as Comissões e como seria o processo de transição para os novos conselheiros. Em seguida, Sandra
25 convocou a conselheira e coordenadora da Comissão de Normas, Kleid'Néa Martins Borges para a
26 apresentação do segundo ponto de pauta - Apresentação e Avaliação do Processo de Renovação de
27 Inscrição das Entidades de Educação. Kleid'Néa fez a apresentação da Renovação da Inscrição do
28 Colégio Coração de Maria da mantenedora Sociedade de Assistência e Cultura Sagrado Coração de
29 Jesus. Informou que o Colégio possui Renda Bruta de R\$ 2.632.790,89, a gratuidade a ser aplicada
30 foi de R\$ 526.558,18 e a gratuidade aplicada em BH foi de R\$ 614.882,61. O Colégio apresentou
31 como justificativa de gratuidade a concessão de 223 bolsas de estudo parciais e integrais de acordo
32 com os critérios da resolução 020/00 do CMAS/BH, com custo anual de R\$ 614.882,61, ou seja, mais
33 de 100% da gratuidade a ser aplicada. A entidade tem ainda um projeto de complementação de livros
34 para alunos bolsistas em situação de vulnerabilidade social com o custo anual de R\$ 2.259,11.
35 Kleid'Néa informou que a Comissão de Normas avaliou e emitiu parecer favorável à renovação da
36 inscrição com a recomendação de que o Colégio divulgue amplamente nos CRAS e CLAS de sua
37 região as vagas destinadas aos bolsistas. Após a apresentação foram feitos alguns comentários e
38 esclarecimentos e a renovação foi aprovada com 26 votos. A outra entidade apresentada foi o Colégio
39 São Pascoal da Mantenedora Congregação das Irmãs do Sagrado Coração de Maria – Província
40 Brasileira. Informou que a entidade é de âmbito Estadual. O Colégio possui renda bruta de
41 R\$11.318.739,27, a gratuidade a ser aplicada foi de R\$2.263.789,27 e gratuidade a ser aplicada em
42 Belo Horizonte foi de R\$ 169.183,88. Kleid'Néa ressaltou que a comissão considerou, a princípio, o
43 valor pequeno da aplicação em Belo Horizonte, porém foi verificado que a entidade tem uma atuação
44 significativa no interior de Minas. O Colégio apresentou como justificativa de gratuidade a concessão
45 de 73 bolsas de estudo parciais e integrais de acordo com os critérios da resolução 020/00, com o
46 custo anual de R\$ 167.183,88 e a parceria para complementação de alimentação com a Ação Social
47 da Comunidade Paroquial de Nossa Senhora Rainha da Paz, com o custo anual de R\$ 2.000,00.
48 Kleid'Néa informou que a Comissão de Normas avaliou e emitiu parecer favorável à renovação da
49 inscrição com a recomendação de que o colégio divulgue amplamente nos CRAS e CLAS de sua
50 região as vagas destinadas aos bolsistas, bem como projetos, serviços e benefícios oferecidos pelo
51 Colégio aos destinatários da Assistência Social. Terminada a apresentação foram feitos alguns
52 comentários, questionamentos e esclarecimentos e a renovação foi aprovada com 27 votos a favor,
53 01 contrário e 01 abstenção. A terceira entidade apresentada foi o Colégio São José e Escola Madre
54 Paula da mantenedora Sociedade Educacional Escolápia Feminina. Kleid'Néa informou que a
55 entidade é de âmbito Federal (SP, Sta. Luzia-MG e SE). O Colégio possui renda bruta de R\$
56 13.173.427,63, a gratuidade a ser aplicada é de R\$ 2.634.685,00 e a gratuidade aplicada em BH foi
57 de R\$ 2.810.763,49. O Colégio apresentou como justificativa de gratuidade a concessão de bolsas de
58 estudo – gratuidade escolar de 100% na Escola Madre Paula a 575 alunos, o ensino é totalmente
59 gratuito. O custo anual com a manutenção da Escola é de R\$ 2.745.377,25 e concessão de 32 bolsas
60 parciais de 50% a 80% do valor da mensalidade vigente no Colégio São José, com o custo anual de
61 R\$ 65.386,24, de acordo com os critérios da resolução 020/00. Kleid'Néa informou que a Comissão
62 de Normas avaliou e emitiu parecer favorável à renovação da inscrição. Após a apresentação, a

1 presidente colocou para votação e a Renovação foi aprovada com 29 votos e 01 abstenção. A
2 próxima entidade apresentada foi o Colégio Sagrado Coração de Maria da mantenedora Sociedade
3 Civil Casas de Educação. Kleid'Néa informou que a entidade é de âmbito nacional (ES, RJ e DF). O
4 Colégio possui renda bruta de R\$ 3.479.461,31, a gratuidade a ser aplicada é de R\$ 695.892,20 e a
5 gratuidade aplicada em Belo Horizonte foi de R\$ 767.834,08, ou seja, mais de 100%. O Colégio
6 apresentou como justificativa de gratuidade os seguintes serviços: bolas de estudo para 25 alunos no
7 turno manhã, com custo anual de R\$ 147.562,00; Curso noturno – EJA para 63 alunos, incluindo
8 alimentação, material didático e uniformes, custo anual R\$ 239.682,24; Inclusão Digital/ Curso de
9 Informática (noturno) para 40 alunos, incluindo alimentação, material didático e uniformes, com custo
10 anual de R\$ 73.881,60 e o Projeto Vida Padre Gailhaic que atende a 152 crianças e adolescentes de
11 06 a 13 anos no Programa de Socialização Infante-Juvenil (Região Venda Nova), custo anual de R\$
12 306.708,24. O parecer da Comissão foi favorável à renovação da inscrição da entidade com
13 recomendação de que a entidade divulgue nos CRAS e CLAS de sua região, as vagas destinadas
14 aos bolsistas, bem como projetos, serviços e benefícios oferecidos aos destinatários da Assistência
15 Social. Terminada a apresentação, os conselheiros fizeram algumas solicitações, observações e
16 considerações e após esclarecimentos, foi colocada em votação sendo aprovada a renovação com 26
17 votos e 01 abstenção. A quinta entidade apresentada foi o Instituto São Tomás de Aquino – ISTA da
18 mantenedora Inspetoria São João Bosco. Kleid'Néa informou que a entidade é de âmbito nacional,
19 entretanto não foi possível identificar os Estados que a entidade tem atuação. O Colégio possui renda
20 bruta de R\$ 1.958.252,39, a gratuidade a ser aplicada é de R\$ 391.650,40 e a gratuidade em BH foi
21 de R\$ 227.982,60. O Instituto apresentou como justificativa de gratuidade a concessão de 23 bolsas
22 parciais e integrais de acordo com os critérios da resolução 020/00, com custo anual de R\$ 88.058,15
23 e manutenção do Pré – Vestibular ISTA que atende a 106 alunos, com concessão de material
24 didático, com custo anual de R\$ 139.924,45. O parecer emitido pela Comissão de Normas foi
25 favorável à renovação com as mesmas recomendações feita às outras entidades. Após a
26 apresentação, Sandra abriu para votação, sendo aprovada com 23 votos e 01 abstenção. Outra
27 entidade apresentada foi o Colégio Padre Eustáquio da mantenedora Associação Educacional dos
28 Irmãos de Nossa Senhora – ASSEDINS. Kleid'Néa informou que a entidade é de âmbito Estadual
29 (Cel. Fabriciano e Igarapé). O Colégio possui renda bruta de R\$ 9.523.103,91, a gratuidade a ser
30 aplicada é de R\$ 1.904.620,80 e a gratuidade em BH foi de R\$ 1.938.004,80. O Colégio apresentou
31 como justificativa de gratuidade a parceria com as entidades: Associação “Irmão Sol”, preparação
32 para o primeiro emprego de jovens com idade entre 16 a 21 anos em situação de risco social e
33 pessoal. O local de execução do convênio é na unidade “Casa Vida Nova” (Região Pampulha), com
34 custo anual de R\$ 73.500,00; Creche Comunitária Eunice Lanza (Região Noroeste), custeio com
35 despesas com folha de pagamento, com custo anual de R\$ 30.000,00; Ação Social da Comunidade
36 Nossa Senhora Rainha da Paz - Educação Infantil, custeio da folha de pagamento de funcionários e
37 encargos sociais, com custo anual de R\$ 98.942,45 e o Projeto Acalanto (Soc. Infante – Juvenil) com
38 oficinas de trabalhos e cursos de geração de renda, com custo de R\$ 35.908,54, totalizando o custo
39 anual de R\$ 134.850,99; Ação Social Padre Eustáquio – ASPE, despesas com a manutenção da
40 Creche, custo anual de R\$ 50.010,00. Outra justificativa apresentada foi à concessão de bolsas de
41 estudo no Ensino Básico Regular/ Diurno entre 50% a 100% do valor da mensalidade vigente para
42 155 alunos, custo anual de R\$ 470.734,88; concessão de bolsas a 268 alunos do Pós-médio
43 Profissionalizante em Eletrônica, entre 50% a 95% do valor da mensalidade vigente; Pré-Vestibular
44 Padre Eustáquio a 118 alunos com bolsas integrais e benefícios complementares como lanche,
45 material didático e transporte, com custo anual de R\$ 251.401,87 e o Programa Educação para
46 Jovens e Adultos – EJA, com ensino fundamental I e II que atende a 183 alunos com bolsas integrais
47 e benefícios complementares como lanche e material didático, com custo anual de R\$ 400.165,63. O
48 parecer emitido pela Comissão de Normas foi favorável à renovação com as mesmas recomendações
49 feita às outras entidades. O conselheiro Luiz Fernando solicitou que retirasse a recomendação da
50 entidade, uma vez que a mesma participa efetivamente dos trabalhos nos CRAS e CLAS da sua
51 região. Em seguida, outros conselheiros fizeram algumas observações e assim que concluíram, a
52 presidente colocou em votação. A renovação da entidade foi aprovada com 26 votos e 01 abstenção.
53 A última entidade apresentada foi Colégio Santo Antônio da mantenedora Casa de Santo Antônio.
54 Kleid'Néa informou que a Comissão havia se reunido pela manhã e decidido deixar esta entidade
55 para fevereiro, por uma questão referente à Creche Frei Toninho, pois a Comissão ficou com uma
56 dúvida e por não ter dado tempo de entrar em contato com a Escola para os esclarecimentos, porém
57 a assistente social da entidade, Jane Querido E. Hernandez, chegou e procurou a Comissão, que se
58 reuniu e resolveu fazer a apresentação. A entidade é de âmbito Estadual (Betim, Divinópolis, Montes
59 Claros, Santos Dumont e Ribeirão das Neves). O Colégio possui uma renda bruta de 18.912.491,46,
60 a gratuidade a ser aplicada é de R\$ 3.782.498,20 e a gratuidade aplicada em BH foi de R\$
61 2.100.753,88. As justificativas de gratuidades apresentadas pelo Colégio foram as seguintes:
62 concessão de 302 bolsas de estudo com gratuidade entre 50% a 100%, sendo 87 para alunos do

1 curso diurno - Ensino Fundamental e Médio, custo anual de R\$ 262.237,78 e 215 para curso noturno
2 – Ensino Regular (fundamental e médio), custo anual de R\$ 1.255.096,10; CIDS – Centro de Inclusão
3 Digital e Social, atendimento a 270 alunos, custo anual de R\$ 495.000,00; 2 núcleos de Pré –
4 Vestibular Comunitário EDUCAFRO que atende a 50 alunos cada, custo anual de R\$ 46.200,00.
5 Parcerias com as entidades: Associação Assistencial São Tiago (inscrita no CMAS), custeio de
6 despesas com folha de pagamento de 2 funcionários no atendimento de crianças e adolescentes,
7 custo anual R\$ 15.400,00; Creche Lar Frei Toninho (inscrita no CMAS) custeio na suplementação em
8 alimentos perecíveis e materiais de limpeza, custo anual de R\$ 16.500,00; Comissão Fé e Esperança,
9 compra de materiais e brinquedos pedagógicos, material de limpeza e didático, custo anual de R\$
10 5.000,00; Associação Irmão Sol, contribuição no custeio das despesas decorrentes do atendimento
11 de crianças e adolescentes em situação de risco social e pessoal, custo anual de R\$ 5.320,00 e a
12 Beneficência Franciscana (Colégio Frei Orlando) custeio de pagamento de 30 bolsas integrais para
13 alunos de baixa renda matriculados no Ensino Fundamental e Médio. Concessão de uniformes e
14 materiais didáticos a estes alunos, Custo anual de R\$ 162.254,13. Kleid'Néa informou que foi
15 levantado a situação da Creche Frei Toninho, pois a mesma está suspensa na Secretaria Municipal
16 de Educação, o atendimento das crianças está suspenso e, com isso, foi colocado que a entidade
17 deveria apresentar um relatório de acompanhamento dos trabalhos da Creche, isso porque, até
18 então, a comissão não tinha a informação de que o valor apresentado na justificada da entidade era
19 repassado em gênero (alimentos e materiais de limpeza), como explicou a assistente social da
20 entidade, e que esses alimentos e materiais de limpeza, tem sido repassado às mães que deixaram o
21 trabalho para cuidar das crianças, uma vez que a Creche está com o atendimento suspenso. A
22 Comissão considerou esta a única pendência e fez uma proposta de recomendação para não
23 inviabilizar o parecer favorável da renovação da entidade, pois a mesma tem prazo para se inscrever
24 no Conselho Estadual de Assistência Social. Com relação ao repasse, a Comissão considerou pouco
25 expressivo e se fosse o caso até excluiria, ou seja, ao invés da entidade apresentar os 55,45%, ela
26 apresentaria 55,20%. Kelid'Néa leu a recomendação que seria a não renovação do convênio com a
27 Creche e caso ocorra a renovação que a entidade acompanhe a distribuição desses recursos,
28 considerando a situação delicada a qual se encontra a Creche. Após a apresentação e alguns
29 esclarecimentos, a presidente abriu para votação, sendo a renovação aprovada com 24 votos e 02
30 abstenções. Em seguida, Sandra passou para o 4º ponto de pauta - Comunicados e Mensagens,
31 suspendendo o terceiro ponto de pauta devido a evasão de alguns conselheiros. Sandra solicitou que
32 a coordenadora da Comissão de Financiamento apresentasse os Comunicados. Maria do Carmo
33 apresentou o comunicado referente ao remanejamento de 02 (dois) núcleos do Programa para
34 Jovens executado pela entidade Associação Profissionalizante do Menor de Belo Horizonte –
35 ASSPROM na Região Norte, no valor de R\$ 2.291,50 (dois mil duzentos e noventa e um reais e
36 cinquenta centavos) cada, sendo R\$ 208,17 (duzentos e oito reais e dezessete centavos) provindos
37 do ROT e R\$ 2.083,33 (dois mil e oitenta e três reais e trinta e três centavos) do FNAS, para a
38 entidade Associação Comunitária do Bairro da Felicidade – ABAFE que passará a receber o repasse
39 para 03 (três) núcleos, perfazendo o valor mensal de R\$ 6.874,50 (seis mil, oitocentos e setenta e
40 quatro reais e cinquenta centavos) para executar o atendimento de 75 (setenta e cinco) jovens na
41 faixa etária de 15 a 17 anos, também na Região Norte. O Comunicado foi referendado pela Plenária.
42 O outro Comunicado apresentado foi referente ao remanejamento, a partir de 01/05/2006, do recurso
43 da entidade Obras Sociais de Nossa Senhora da Pompéia para a entidade Província dos
44 Capuchinhos de Minas Gerais – PROCAMIG no valor de R\$ 11.423,70 (onze mil, quatrocentos e vinte
45 e três reais e setenta centavos). Este recurso se refere às três últimas parcelas do convênio firmado
46 com a entidade Obras Sociais Nossa Senhora da Pompéia com vigência 02/01/2006 a 02/01/2007,
47 para a execução de cursos de qualificação profissional. O Comunicado foi referendado pela Plenária.
48 Logo após, Sandra informou que havia uma proposta de remanejamento de abrigo encaminhado pela
49 Gerência de Proteção Social, porém este assunto deveria passar pela Comissão de Financiamento
50 para análise e ser apresentado na Plenária de fevereiro ou convocaria a Comissão junto à Mesa
51 Diretora em decorrência deste assunto para que fosse referendado. Sandra solicitou a legitimação da
52 Plenária para o procedimento. Maria do Carmo, coordenadora da Comissão de Financiamento,
53 colocou que mesmo com problemas administrativos e burocráticos da Secretaria, o Comunicado
54 deveria passar pela Comissão para que a mesma pudesse analisar e cumprir os prazos, mesmo
55 porque a Comissão adiou a reunião para que nenhum assunto ficasse fora da última Plenária. Maria
56 do Carmo propôs que o comunicado ficasse para a Plenária de fevereiro. A representante da
57 Secretaria, Mônica de Cássia Barbosa Tófani, colocou que todo o viés burocrático imperra muito o
58 andamento das questões e que o posicionamento do Conselho não poderia ser por esta via. Disse
59 que o que estaria tentando solucionar era uma pendência, a aprovação formal dos recursos, e o
60 empenho da Gerência foi na tentativa de encaminhar no dia anterior para o Conselho, mas não foi
61 possível, no entanto, hoje a Gerência encaminhou o comunicado a esta Plenária para evitar maiores
62 transtornos com relação aos convênios e parcerias. Em seguida, Sandra colocou as duas propostas

1 em votação, sendo a primeira que a Comissão de Financiamento se reunisse junto à Mesa Diretora
2 para dar os procedimentos com relação ao Comunicado e a segunda seria deixar para a Plenária de
3 fevereiro. A primeira proposta foi aprovada com 24 votos e 02 abstenções. Sandra passou para o
4 último informe da Comissão de Normas sobre o regimento interno. A conselheira Edna Lúcia
5 Andrade do Carmo Pinto informou que com relação a parte que cabia à Comissão de Normas com
6 relação ao Regimento Interno do Conselho já estava pronto, porém estava faltando a avaliação
7 jurídica. Edna colocou esta pendência para o Conselho, para que esta discussão da contratação de
8 assessor jurídico retorne ao Conselho de forma a facilitar os trabalhos. Kelid'Néa informou que foram
9 enviados 06 ofícios solicitando a contratação do assessor jurídico e o Conselho não obteve esse
10 apoio. Márcio propôs que com relação a não contratação do assessor jurídico, que o Conselho
11 encaminhasse a proposta do Regimento Interno para a Secretaria e que a mesma colocasse a
12 avaliação do Regimento sob a observância da Procuradoria Geral do Município. O Conselheiro Luiz
13 Fernando sugeriu que a proposta fosse encaminhada para os Conselheiros para que tomem
14 conhecimento do Regimento antes do encaminhamento para a aprovação. Finalizando os informes, a
15 conselheira Edna informou ao Conselho que dia 13 de dezembro estava comemorando o dia do
16 deficiente visual. Em seguida, Sandra finalizou a Plenária convidando a todos para a confraternização
17 em comemoração à 100ª Plenária do Conselho. Nada mais havendo, eu Léa Lúcia Cecílio Braga, 1ª
18 Secretária do Conselho Municipal de Assistência Social, lavro e assino a presente ata. Belo
19 Horizonte, 13 de dezembro de 2006.